

**PROJETO DE LEI Nº DE FEVEREIRO DE 2019.**

**076**

Dispõe sobre a proibição de "BLITZ DO IPVA" no âmbito do Município de Vitória da Conquista.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA**, Estado da Bahia, aprova a seguinte Lei:

**Art. 1º-** Não haverá recolhimento, retenção ou apreensão de veículos, no âmbito do município de Vitória da Conquista, pela identificação do não pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores ou qualquer outro tributo.

**Art. 2º-** A cobrança de impostos federais, Estaduais ou Municipais nos limites do território de Vitória da Conquista deverá seguir rigorosamente o procedimento legal específico da legislação em vigor.

**Art. 3º-** A administração Pública, Federal, Estadual ou Municipal não poderá exercer o Poder de Polícia de forma ilegal com a finalidade de arrecadar tributos ou utilizar-se de meios confiscatórios.


**Art. 4º-** O descumprimento do estatuído nesta lei sujeitará o infrator à multa no valor de três salários-mínimos vigentes para cada veículo irregularmente apreendido nos limites de Vitória da Conquista-Ba.

**Secretaria Geral**

**PROJETO DE LEI Nº DE FEVEREIRO DE 2019.**

**Art. 5º**-Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 31 de Maio de 2019.

  
**David Salomão**  
Vereador (PRTB)

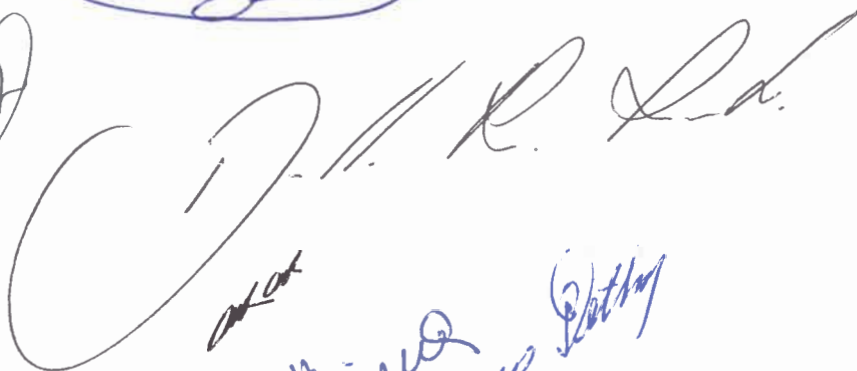


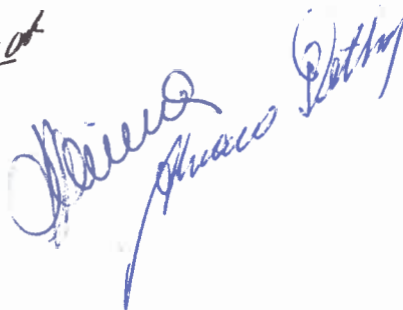


Excmo. C. de Honra  
Admilton m. sereno









**PROJETO DE LEI Nº DE FEVEREIRO DE 2019.**

**JUSTIFICATIVA**

Atualmente, muitos Estados brasileiros estão apreendendo veículos em virtude de IPVA atrasado, logo, obrigando o cidadão a pagar os tributos devidos. Portanto, confiscando os veículos de forma arbitrária, não oferecendo o direito a ampla defesa e ao contraditório como estabelece a Constituição Federal.

Tais procedimentos de fiscalização “blitz” vem sendo utilizados de forma diversa e abusiva do legalmente permitido, colocando os cidadãos para serem vistoriados e obrigados a comprovarem o pagamento de toda tributação referente ao veículo, sob pena de guincho e apreensão do seu veículo.

Entretanto, tal fato configura o exercício ilegal do poder de polícia, uma vez que não cabe ao poder público utilizar-se de meios abusivos para receber os tributos devidos, tomando para si a propriedade do cidadão de forma ilegal e confiscatória.

Destarte, apesar de toda legislação vigente, é comum que haja apreensão de veículos em blitz por falta de pagamento de IPVA, constrangendo os proprietários a verem seus carros sendo levados para o pátio do DETRAN carregados por um guincho.

Ademais, apreensão de veículos com IPVA atrasado viola a moralidade administrativa, bem como outros princípios constitucionais. Por outro lado, existem decisões pacíficas no Superior Tribunal Federal reafirmando a impossibilidade de o Estado impor esse tipo de sanção ao contribuinte, como forma de coagi-lo a quitar débito, como também é inadmissível a apreensão como meio coercitivo para pagamento de tributos.

O princípio da legalidade que diz que a Administração pública (Federação, Estado e Município) só pode fazer o que está na Lei, e o administrado (pessoas físicas ou jurídicas) pode fazer tudo que a Lei não proíbe. Nesse sentido, per-

**Secretaria Geral****PROJETO DE LEI Nº DE FEVEREIRO DE 2019.**

cebe-se que o Estado, ao apreender um veículo por estar com IPVA atrasado, age em total desacordo com a legalidade.


A Constituição Federal assegura que: “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”. Portanto, um cidadão não pode ter o seu bem confiscado sem o devido processo legal, vez que a propriedade presume-se plena e exclusiva, até prova em contrário.

Ressalte-se que tais condutas, conforme demonstrativo de remoções de veículos em anexo, decorreram, em sua maioria, da inobservância do art. 230, V do CTB, ensejando a aplicação de medida administrativa de retenção de veículo. Além disso, a retenção veicular mencionada alhures, realizada pela entidade executiva de trânsito, em nada se confunde com medida confiscatória com fito de compelir a arrecadação, vedada constitucionalmente.

A ação estatal mostra-se violadora de garantias constitucionais do contribuinte, destacando-se: o direito de propriedade, o do devido processo legal, consubstanciado no direito à ampla defesa e ao contraditório, e a vedação à limitação do tráfego de bens e pessoas por meio de tributos. Ou seja, o procedimento viola, a um só tempo, três direitos constitucionais: de propriedade, ao contraditório, e, principalmente, a ampla defesa. Além do mais, a apreensão de veículos e o óbice à emissão de CRLV, como forma de cobrança do IPVA, passam ao largo da razoabilidade e da proporcionalidade, que investiga a necessidade, adequação e pertinência dos meios utilizados para invadir o patrimônio do contribuinte.

Pela importância desta iniciativa, pela sua abrangência, junto a sociedade, contamos com a concordância dos nobres pares desta Casa para sua aprovação.

Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 31 de Maio de 2019.



**David Salomão**  
Vereador (PRTB)